



PAC NO RIO

O JE entrevistou o assessor de imprensa da Casa Civil da Presidência da República, Renato Hoffmann, líderes comunitários e pesquisador do IBASE. Confira a prestação de contas, opiniões e pesquisas quanto às obras do PAC na cidade



Obras do PAC, como estas em Manguinhos, estão previstas em outras comunidades do Rio de Janeiro

Págs. 4, 5 e 6

DENÚNCIA

Pág. 8

TV Globo usa
acusado de milícia
como ator, no papel de policial

Ação judicial da Data-Base
de Furnas pode estar perto do
fim, depois de 28 anos **Pág.3**

Terceiro Mandato não é Solução

Apesar dos desmentidos veementes do presidente Lula, certos setores, principalmente de sua base parlamentar, continuam a colocar na agenda política, mesmo a sua revelia, a discussão do terceiro mandato. Caso a sociedade civil não se manifeste abertamente contra esta idéia, este problema será recorrente na conjuntura nacional. Se a concessão de um segundo mandato, para FHC, foi uma ruptura significativa com a ética e a cultura até então vigente, que não permitia a reeleição para os cargos majoritários e muito menos durante a vigência do próprio mandato, a concessão de um terceiro mandato, para quem quer que seja, se reveste de um perigoso precedente.

Dois aspectos, particularmente, nos preocupam. Primeiramente, o eterno desprezo pelas instituições e a idéia de que elas pouco valem, o que conta são indivíduos, cujos exemplos ainda estão tristemente marcados em nossa história recente. Em segundo lugar, o também eterno tratamento instrumentalista da política. Isto, há alguns anos, sempre significou o completo abandono de quaisquer princípios no campo político e a única coisa que vale é o resultado a ser atingido a qualquer preço, seja ele a vitória nas eleições, a derrota da oposição e o conseqüente rebaixamento da política ao mero instrumento para consecução de resultados. Em outras palavras, os fins a serem alcançados justificam quaisquer meios para atingi-los. Este tipo de "razão instrumental" encerra uma lógica das mais perversas, na qual o fato é substituído pela sua versão; e o indivíduo, o candidato, ou o líder, substituídos por sua imagem artificial, fabricada pelo marketing político.

Aberto o precedente, o processo adquire uma lógica própria e não haverá mais nenhum empecilho. Ainda bem que o presidente nega. Como dizia Brecht: "triste do país que precisa de heróis".

Gripe Suína: Fatalidade ou Anacronismo do Subdesenvolvimento

■ R.Deldück

A "Gripe Suína" ou, como recentemente renomeada pela OMS (Organização Mundial de Saúde), Gripe Influenza Tipo A, perpetrada pela pressão dos governos mexicano e americano, é provocada pela ação do vírus Influenza Suína H1N1 e que hoje atinge 4.694 pessoas em 30 Países (*1), segundo a própria OMS. No Brasil, já ocorreram mais de 4 casos, sendo um deles retransmitido por um portador local na cidade do Rio de Janeiro.

Todavia, devemos, como cidadãos brasileiros, ter uma visão atenta sobre a forma como a doença surgiu. As agroindústrias procuram desvirtuar as origens, porém, o primeiro infectado pela atual mutação do vírus foi uma criança de 4 anos, chamada Edgar Hernandez, morador da cidade de La Glória, distrito de Perote-México, região na qual está instalada a Granja Carrol, pertencente a empresa Smithfield Foods, a mesma que foi expulsa da Virginia e da Carolina do Norte, nos EUA, por danos ambientais (*2). A Granja Carrol mantém, atualmente, próximo a La Glória, um criatório de suínos, mais especificamente porcos, porque suínos pode ser a denominação de: javalis, catitus, porcos domésticos e outros, que produz aproximadamente 1 milhão de cabeças ao ano; e as suas fezes e urinas são depositadas em tanques de oxidação, a céu aberto, sobre nuvens de insetos que se reproduzem. A agroindústria em questão está situada na parte inferior da encosta da serra e tornou-se um tormento infernal para os moradores locais, levando-se em conta a poluição dos riachos e dos lençóis freáticos da região.

O H1N1, segundo especialistas, é uma mutação do vírus que provavelmente atingiu os EUA no ano de 1976 e vitimou, diretamente, duas centenas; e, indiretamente, mais de 500 americanos. O pânico foi iniciado em fevereiro de 1976, com a morte do recruta David Lewis, 18 anos, que estava em treinamento no Fort Dix, em New Jersey, EUA. O CDC (Centro de Controle de Prevenção de Doenças), agência de vigilância epidemiológica americana, consultou infectologistas e decidiu,

através de seu diretor David Sencer, fazer uma campanha em massa de vacinação, temendo que a epidemia pudesse atingir entre 50 e 60 milhões de americanos. Em março de 1976, solicitou ao presidente Gerald Ford que aprovasse, antes de abril, US\$ 135 milhões para imunização da população. A campanha foi iniciada em 1º de outubro de 1976, porém, casos graves de reação à vacina começaram a acontecer. A inoculação provocava Síndrome de Guillain-Barré, problema neurológico raro, que causa perda de "mielina", bainha que envolve os nervos, provocando paralisia facial e, em alguns casos, a morte do paciente (*3).

Segundo especialista, o atual vírus ficou "hibernando" nos porcos por um grande período e, provavelmente, após a contaminação do menino Edgar Hernandez, surgiu uma nova versão mais elaborada e resistente para seres humanos.

O sistema de saúde público brasileiro está a beira de um colapso. Atualmente, pacientes aguardam até 8 horas em intermináveis filas para ter atendimento, mas, em muitos casos, não conseguem. Um portador da doença poderia transmiti-la de forma devastadora, caso estivesse na fila aguardando atendimento, ocasionando proporções epidêmicas nas populações que utilizam o serviço do sistema de saúde público.

Acredito plenamente que a OMS, ao invés de coabitar com interesses de governos poderosos, deveria criar regras rígidas para as nações. Em sua selvageria de lucros imediatos, elas seriam impedidas de transformar países mais pobres em seu "quintal" para depósito de lixo e outros dejetos do gênero. Como foi o caso da cidade de La Glória, no México.

Fontes: (*1) Folha de São Paulo - Reportagem : OMS : Gripe Suína já Atinge 4.694 pessoas em 30 Países do Mundo - Caderno : Cotidiano - Data : 12 de Maio de 2009;

(*2) Jornal do Brasil - Reportagem : A gripe dos porcos e mentira dos homens - Mauro Santayana - Coluna : Coisas da Política - Data : 1 de Maio de 2009; (*3) Folha de São Paulo - Reportagem : Memória : Em 76, vacina que matou mais que a gripe.

R.Deldück é Engenheiro Eletricista/Telecomunicações, escreveu este texto em 12/05/09



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio José Martins, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Nascimento, Fernando Turino, Flavio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes, Gilberto da Silva Nunes, Gunter Angelkorte, Günther Benedict Craesmeyer, Jorge Antonio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio Cezar Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antonio Barbosa, Maria Virginia Brandão, Olimpio Alves dos Santos, Paulino Cabral da Silva, Paulo César Granja, Sergio Gomes dos Santos, Sonia da Costa Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, Günther Benedict Craesmeyer, José Stelberto Porto Soares e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Aloisio Souza da Silva; Paulo Cesar Quintanilha; Sergio Barbosa de Almeida; **Suplentes:** Antonio Carlos Soares Pereira; Catarina Luiza de Araujo; Rubem Corveto de Azeredo.

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar
(MTE 28.318/RJ)
Estagiária: Julia Affonso
Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.500 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Monitor Mercantil

SENGE-RJ - Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-900
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

Mais uma vez, processo perto do fim

“A ação judicial da data-base de Furnas pode estar perto do fim”. É o que afirma o gerente jurídico do SENGE-RJ, Luiz Fernando Contreiras. Ele diz que o processo, hoje, está aguardando a decisão sobre os cálculos e pode terminar ainda este ano, ou pelo menos uma parte do valor devido pode ser liberado.

“Vinha tramitando normalmente, quando o Ministério Público do Trabalho resolveu intervir na ação, que está sendo julgada procedente, em favor dos engenheiros. O que está em discussão, agora, são os valores devidos, que vêm correndo juros e correção monetária. Algo em torno de 150 milhões de reais, no total”, explica o advogado.

A ação é de diferenças salariais para os engenheiros de Furnas, depois de uma mudança na Data-base, feita pela empresa. Já se passaram 28 anos. A espera está sendo longa para os 851 engenheiros. Alguns deles morrem a espera de receber o dinheiro que têm direito, como o engenheiro João Alberto Bandeira de Mello, no mês passado.

O engenheiro de Furnas Roberto Serebrenick é um dos profissionais que está no processo, na luta pelo seu direito. E diz que está na perspectiva de receber o dinheiro em junho ou julho. Mas lamenta: “a justiça tem brechas e torna tudo mais difícil, precisava ser mais simplificada. Estamos desde 1981 exigindo um direito. As coisas são muito demoradas na justiça, infelizmente existe uma demora constitucional desrespeitosa”, desabafa.



Arquivo SENGE-RJ

Reunião sobre a Ação da Data-base de Furnas, no SENGE-RJ, no dia 11/05/2009. Da esquerda para a direita: Olímpio Santos, Clovis Nascimento, Roberto Serebrenick, advogado Mario Sergio, Roberto Santos; Luiz Pereira; Jarbas Novais.

Roberto Santos também é um dos engenheiros no processo e afirma: “O problema é a nossa justiça, que é cega, surda e muda, dá todas as opções para se recorrer, então, quem não quer pagar vai empurrando com a barriga, e permite essa loucura. É uma tristeza que, num país como o nosso, essa ação demore 28 anos, mesmo tendo um órgão nos apoiando, que é o SENGE-RJ, imagine as pessoas que não têm apoio”.

Luiz Pereira é mais um engenheiro que espera que a justiça seja feita. “Essa ação já está tendo uma demora fora do comum e isso está trazendo uma ansiedade para 851 pessoas e seus familiares. Atualmente, existe, na legislação, um direito das pessoas mais idosas terem prioridade em questões judiciais, mas a justiça não está levando isso em conta. E a empresa tem uma posição de se defender enquanto for possível, mas

uma coisa é se defender com argumentos válidos, outra coisa é fazer o que está acontecendo, usando argumentos que já não fazem mais sentido, apenas estender o processo. A quantidade de recursos que a justiça disponibiliza incomoda muito a gente, atrapalha tudo. Tem uma decisão e sempre tem um recurso depois. Mas eu acredito que agora vai sair mesmo, estamos no final”, declara.

Há cerca de 10 anos atrás o processo também esteve em fase final, como hoje. Havia a possibilidade de uma proposta de acordo. Mas o jornalista Ricardo Boechat publicou uma nota dizendo que Furnas pagaria um processo com valores altos, então um procurador entrevistou, depois de ler a notícia, com o intuito de verificar se havia alguma irregularidade no processo, e interpôs várias medidas judiciais, no sentido de reclamar o valor que seria pago. O que fez o processo atrasar ainda mais.

SENGE-RJ será representado no CECUT-RJ e no CONCUR

O 13º Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (CECUT-RJ) será realizado entre os dias 19 e 21 de junho, na Colônia de Férias do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telefonia (Sinttel-Rio), no município de Miguel Pereira. O CECUT-RJ é a etapa estadual do 10º Congresso Nacional da CUT (CONCUR), marcado para o período de 3 a 8 de agosto, no Expo Center Norte, em São Paulo. O tema desse ano é ‘Desenvolvimento com trabalho, renda e direitos’. O vice-presidente do SENGE-RJ, Agamenon Oliveira, o diretor Flávio Ribeiro Ramos e a diretora Sônia Rodrigues vão ser delegados no Congresso Estadual. O presidente do Sindicato, Olímpio Alves dos Santos, será delegado no Congresso Nacional.

Muro de favelas em foco

Na noite de terça-feira, 19 de maio, o governador Sérgio Cabral recebeu, em audiência, representantes das Associações de Moradores e Comunidades e líderes sindicais para falar sobre o projeto de construção do muro em torno das favelas da Zona Sul da cidade. O projeto foi apresentando a todos para o debate. O vice-presidente do SENGE-RJ, Agamenon Oliveira, esteve presente à reunião e solicitou ao representante da Empresa de Obras Públicas do Estado (EMOPE) que enviasse um responsável para debater o projeto do Governo do Estado no Sindicato. “Há necessidade de um conhecimento mais profundo do projeto para que se possa fazer uma crítica das propostas e externar as preocupações das questões de segurança e de problemas ambientais”, diz.

PALESTRA COM ZEZÉU RIBEIRO

O deputado federal Zezéu Ribeiro é autor da lei 11.888, de 2008, que garante assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação para famílias de baixa renda. Ele vai fazer palestra sobre a referida lei, dia 10 de julho, no Clube de Engenharia (Av. Rio Branco, 124, Centro-RJ), às 18h. As comunidades, entidades e engenheiros interessados estão convidados a participar.

Diversas categorias reunidas pela Petrobras

Por Júlia Gaspar

Com colaboração de Silvana Sá

Um ato público em defesa da Petrobras, do Brasil, pela nova lei do petróleo e contra a CPI aconteceu no dia 21 de maio e reuniu mais de 3 mil pessoas de centrais de trabalhadores e seus sindicatos filiados, movimentos sociais e populares, CUT, CTB, Força Sindical, FUP, MST, UNE, OAB-RJ e líderes partidários. Com concentração às 9h, na Candelária, os militantes seguiram em passeata pela Av. Rio Branco, em direção à Avenida Chile e deram um abraço simbólico no prédio da Petrobras.

Joacir Pedro é diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e garante: “enquanto o PSDB arma uma CPI para desestabilizar a Petrobras, empresa que



Faixa erguida por militantes do SENGE-RJ durante a manifestação

representa a maior fonte de investimentos do Brasil, as multinacionais avançam sobre o Pré-sal, intensificando os processos exploratórios na maior reserva petrolífera descoberta no mundo nas últimas décadas”. Ele e sua categoria acreditam que a intenção do PSDB, com a CPI, é de paralisar a maior empresa da América Latina e declara: “não podemos permitir, o petróleo é nosso e a

Petrobras também!”

O SENGE-RJ manifestou apoio à Petrobras e ergueu uma faixa em defesa da empresa. O presidente do Sindicato, Olímpio Alves dos Santos, chamou a CPI de ato de

desespero. “A CPI está contribuindo para a construção da unidade da esquerda nacional. Esta ação do PSDB representa um ato de desespero, que apenas busca encerrar uma das maiores empresas estatais do nosso país, para fazer valer seus objetivos escusos”, afirma. O SENGE-RJ tem participação ativa também nas campanhas ‘O petróleo tem que ser nosso’ e ‘O pré-sal é nosso’.

O que foi acordado com o governo federal, o que já aconteceu e o que está acontecendo?

Na área de Rodovias, merecem destaque as obras do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro e as concessões das BR-101 e BR-393. No Arco Rodoviário, com custo de R\$ 1.287 milhões, as obras estão repartidas em dois segmentos, compreendendo a duplicação da BR-101 e da BR-493.

As obras na BR-101 compreendem a duplicação de 29 km entre Santa Cruz e Mangaratiba, onde se inclui o acesso ao Porto de Itaguaí. A conclusão das obras de duplicação neste trecho está prevista para dezembro de 2009. Adicionalmente, serão construídos viadutos de acesso e pontes, que não estavam previstos no projeto original e cuja conclusão está prevista para setembro de 2010.

Em relação às obras da BR-493 – um trecho de 74 km, divididos em quatro lotes, compreendido no entroncamento da BR-101 até o entroncamento da BR-040, estão delegadas ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. O edital de licitação de obras do segmento entre as cidades de Santa Guilhermina e Manilha, com 26 km, está em fase final de preparação. O início das obras, após a licitação, está previsto para agosto deste ano, e sua conclusão em dezembro de 2010.

Tais obras irão permitir a redução do tráfego e o aumento da segurança na área de acesso à cidade do Rio de Janeiro, além de baratear e tornar mais rápido o transporte de produtos ao Porto de Itaguaí.

Em relação às rodovias da Segunda Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, destaca-se a concessão da BR-101, em segmento de 320 km, entre a Ponte Rio-Niterói e a Divisa ES/RJ. Esta rodovia obteve deságio de 40% no leilão, resultando em uma tarifa de pedágio de R\$ 2,26 para investimentos na pista de R\$ 1,16 bilhão.

Entre as diversas obras de melhoramentos estão previstas a duplicação da rodovia entre os km 84,6 e 261,2 e o contorno de Campos. Esses investimentos são de cerca de R\$ 400 milhões. Outro destaque foi a concessão de 200 km da BR-393 entre a Divisa MG/RJ e o entroncamento BR-116/Via Dutra, que obteve deságio de 27%, para uma tarifa de pedágio de R\$ 2,94 e investimentos de R\$ 532 milhões. Nesta rodovia está prevista a duplicação de 27 km e 16 km de terceiras pistas, somando investimentos de cerca de R\$ 150 milhões.

Na área de ferrovias merece desta-

que o Trem de Alta Velocidade (TAV), ligando Rio de Janeiro/São Paulo/Campinas, em fase final de avaliação do projeto. A importância do TAV não se resume ao valor investido, mas porque o Brasil passará a dominar a tecnologia de ponta para o transporte em trens de alta velocidade. Além disso, ele deve marcar a paisagem urbana em todo seu trajeto entre Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro, integrando os maiores aeroportos do país, impulsionando o desenvolvimento econômico e o emprego. Nas obras de adequação da linha férrea e construção de pátio Barra Mansa, estão estimados investimentos de R\$ 56 milhões, com início das obras previsto para o final de maio e conclusão para setembro de 2010.

No PAC Habitação do Estado do Rio de Janeiro, foram selecionados, até o momento, 107 empreendimentos, totalizando R\$ 1,75 bilhão, sendo R\$ 1,05 bilhão de OGU, R\$ 0,34 bilhão de financiamentos e R\$ 0,36 bilhão de contrapartida dos proponentes, que são ou o Governo do Estado ou prefeituras. Todos os investimentos selecionados foram contratados, e R\$ 1,36 bilhão estão com obras iniciadas, correspondendo a 29 empreendimentos.

No PAC Saneamento para o Estado foram selecionado, até o momento, 96 empreendimentos totalizando R\$ 3,05 bilhões, sendo R\$ 1,33 bilhão de OGU, R\$ 1,18 bilhão de financiamentos e R\$ 0,55 bilhão de contrapartida dos proponentes, que, neste caso, podem ser o Estado, municípios ou empresas privadas. Do que foi selecionado, R\$ 2,23 bilhões estão contratados e R\$ 0,83 bilhão encontram-se em contratação. Do valor não contratado, a maior parcela refere-se a operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário com o Estado/CEDAE (R\$ 0,56 bilhão), que ainda não se concretizaram devido a pendências administrativas e financeiras com o agente financiador (CAIXA) e com a STN/MF. A outra operação significativa não contratada é com o município de Duque de Caxias (R\$ 0,15 bilhão – Favela do Lixão) que tem pendências técnicas de engenharia e administrativo-financeiras com o agente financiador (risco de crédito). Dos R\$ 2,23 bilhões de investimentos contratados, R\$ 1,93 bilhão estão com as obras iniciadas. É importante ressaltar que ainda há recursos disponíveis no PAC para os quais o Estado ou as prefeituras poderão se candidatar, de forma que este valor deverá aumentar em 2009.

PAC NO RIO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

O JE procurou a Casa Civil da Presidência da República e pediu esclarecimentos quanto às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Rio de Janeiro. O assessor de imprensa Renato Hoffmann respondeu às perguntas

Quanto o PAC vai investir dentro e fora das favelas, no Rio de Janeiro? Quanto já investiu?

O PAC das favelas é composto por recursos de habitação (R\$ 1,65 bilhão) e de saneamento (R\$ 950 milhões), totalizando R\$ 2,6 bilhões destinados à urbanização e ao saneamento integrado de favelas. Para além destes recursos, serão aplicados mais R\$ 2,10 bilhões nos sistemas regulares de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos, que, em muitos casos, terão impactos indiretos positivos para as favelas, garantindo o fornecimento de água e o tratamento adequado de esgotos e resíduos.

Quando devem ser concluídas as obras do PAC no Rio de Janeiro?

Em sua maioria, as obras serão concluídas até dezembro de 2010, ou estarão com etapas importantes concluídas. As exceções são algumas obras cuja complexidade exige naturalmente um cronograma mais extenso para sua execução, aquelas em que o ente apresenta maiores dificuldades operacionais e aquelas recém-contratadas.

No caso da habitação, destacam-se as duas grandes intervenções em Duque de Caxias: Favela do Lixão e Cidades dos Meninos/Sarapuá, que apresentam atraso considerável na elaboração dos projetos, o que comprometerá a velocidade de execução. As intervenções em Manginhos, dada a sua complexidade; as obras de saneamento integrado e drenagem no município de São Gonçalo, assim como os financiamentos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Estado/CEDAE, que ainda não estão contratados, terão cronograma mais dilatado.

Quais as limitações do PAC na cidade?

No caso do saneamento, as principais dificuldades são a margem de endividamento do Estado/CEDAE e de alguns municípios, que não concretizam os financiamentos acordados, além da dificuldade de aporte de recursos de contrapartida pelo Estado e municípios, fato acentuado pela crise internacional.

São frequentes as solicitações de modificações de procedimentos operacionais e de acréscimos de recursos face às deficiências de planejamento e de gestão dos empreendimentos pelos entes federados. Isto ocorre por problemas na concepção dos projetos ou na sua orçamentação. São fatos comuns nos empreendimentos em favelas, que são obras complexas, onde é bastante difícil realizar estudos prévios, efetuar sondagens, levantar e equacionar a situação fundiária, encontrar áreas adequadas para realocação das famílias e prever com exatidão todos os custos envolvidos. Além disto, o problema da insegurança nas grandes favelas, a topografia das áreas de intervenção e o adensamento das áreas, dificultam bastante a execução.

Há que se ressaltar, ainda, que qualquer empreendimento depende da anuência e da intervenção dos governos estaduais e municipais, especialmente no que se refere ao licenciamento ambiental e à observância do Plano Diretor e do código de posturas municipal.

Considerando a complexidade de várias obras de grande porte do PAC executadas no Estado do Rio de Janeiro, e visando a detectar e resolver os problemas com maior agilidade, foi criado o Gabinete de Gestão Integrada do PAC - GGI/PAC - específico para o Estado, que conta com a participação de técnicos das várias áreas envolvidas dos governos estadual e municipal, assim como técnicos e advogados da Caixa e do Ministério das Cidades, que realizam reuniões quinzenais ou semanais, visando à



Obra do PAC, em Mangueiras

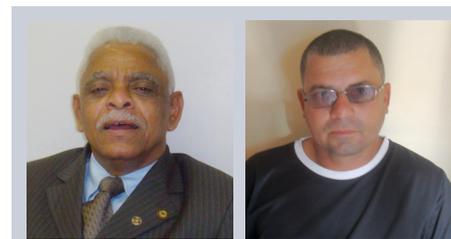
Rogério da Silva

E o teleférico, no Alemão?

O valor previsto e aprovado foi de R\$ 146,5 milhões. Entretanto, esse valor deverá sofrer alteração, pois o Estado identificou a necessidade de incluir mais uma estação no percurso do teleférico, cujo custo adicional ainda está em estudo.

Em quanto ficará o binário da Rua Joaquim de Queiroz, no Alemão?

O valor de investimento será de R\$ 5 milhões. Não está incluído neste montante o valor das desapropriações.



Jorge Silva, do Complexo do Alemão

Rogério da Silva, de Mangueiras

A palavra de quem convive

O JE ouviu também líderes comunitários, que falaram sobre as obras do PAC em suas comunidades. Jorge Silva, o Jorginho da SOS, é vereador e representa o Complexo do Alemão. Rogério Lima da Silva é agente comunitário em Mangueiras. Os dois aprovam o andamento das obras e contam detalhes do dia-a-dia.

A comunidade foi ouvida para decidir quais obras seriam efetivadas? De que forma e como foi decidido o que deveria ser feito?

Jorginho: Acho que a comunidade não foi ouvida, mas as obras são muito bem-vindas.

Rogério: De uma certa forma sim, mas é impossível também ouvir toda a comunidade. Existem vários segmentos, que representam respectivas camadas. Pessoas da área cultural, educação, saúde e da associação de moradores. Muitas pessoas participaram das reuniões para saber o que iria acontecer em Mangueiras. A gente fica sabendo o que vai acontecer, a gente nunca recebe uma proposta para a gente decidir o que é melhor ou o que é pior. Até porque, somente explicaram para a gente, através dos engenheiros e do próprio vice-governador, que as coisas foram muito rápidas. Tão rápidas que não daria tempo de trabalhar dessa forma. Ou a gente segurava aquilo, ou não segurava. Então, o governo fez o que pôde, apresentou o que pôde, para poder segurar essas obras em Mangueiras. Não deu para a gente decidir, mas entendemos que obras são sempre bem-vindas.

Qual tipo de obra é prioridade para a comunidade do Alemão? O binário da Rua Joaquim de Queiroz, a drenagem, o esgotamento sanitário, a pavimentação ou o teleférico?

Jorginho: O esgotamento sanitário é mais importante. Quando chove muito, a Rua Joaquim de Queiroz chega a ficar com ▶

No PAC das favelas, o que é responsabilidade do estado e o que é responsabilidade do município? E quais os itens e valores?

No PAC Habitação, 35 operações tem como proponente o Governo do Estado, totalizando R\$ 750 milhões. As outras 72 operações tem como proponente os governos municipais e totalizam R\$ 1 bilhão. O empreendimento do Complexo do Alemão tem a peculiaridade de ser executado por meio de dois contratos, um com o governo do Estado, no valor de R\$ 516,2 milhões, e um com o município, no valor de R\$ 106,7 milhões. Os grandes equipamentos comunitários, biblioteca, hospital, centro de apoio jurídico, centro de apoio psiquiátrico, creche e o teleférico estão a cargo do Estado. As áreas a serem urbanizadas foram divididas entre Estado e Município.

Considerando que se tratam de 107 operações, optamos por destacar na **primeira tabela**, ao lado e acima, apenas os grandes empreendimentos no município do Rio de Janeiro, identificando os respectivos responsáveis.

No PAC Saneamento, são 19 empreendimentos para saneamento integrado de favelas, que totalizam R\$ 950 milhões. Os responsáveis pela execução são informados na coluna proponente da **segunda tabela**, ao lado e acima.

No saneamento, a única exceção é o Complexo de Mangueiras, para o qual existem dois contratos, um com o Estado (R\$ 274,7 milhões) e outro com o Município do Rio de Janeiro (R\$ 93,3 milhões). Nesse caso o município encarregou-se da urbanização de áreas do Complexo de Mangueiras, como Nelson Mandela, CHP2 e a aquisição assistida de 800 unidades habitacionais. O Estado encarregou-se de outras áreas, como Embratel, e com infraestruturas mais pesadas, como a elevação da via férrea, parcela significativa dos equipamentos comunitários e a construção de 1.174 unidades habitacionais.

Fonte	Proponente	Município Beneficiado	Empreendimento	Investimento
OGU	Estado	Rio de Janeiro	Complexo do Alemão	R\$ 516.242.427,58
OGU	Estado	Rio de Janeiro	Rocinha 2ª etapa	R\$ 114.511.022,36
OGU	Município	Rio de Janeiro	Complexo do Alemão	R\$ 106.700.000,00
OGU	Município	Rio de Janeiro	Colônia Juliano Moreira	R\$ 100.000.000,00
OGU	Estado	Rio de Janeiro	Complexo do Cantagalo/Pavão Pavãozinho	R\$ 35.214.879,00
FIN	Município	Rio de Janeiro	Favela Guarabulha do Governador	R\$ 29.352.571,60
FIN	Município	Rio de Janeiro	Favela Vila Rica de Irajá/Acari	R\$ 23.465.445,58
FIN	Município	Rio de Janeiro	Azevedo Lima e Santos Rodrigues/ Rio Comprido	R\$ 22.773.616,73
FIN	Município	Rio de Janeiro	Favela São Carlos/Estácio	R\$ 22.258.049,23
FIN	Município	Rio de Janeiro	Favelas: Nova Divinópolis, Borda do Mato, Parque JK, João Paulo II/Grajaú	R\$ 17.556.298,86
FIN	Município	Rio de Janeiro	Favela Vila Esperança/Acari	R\$ 15.877.268,80
Total				R\$ 1.003.951.579,74

Fonte	Proponente	Município Beneficiado	Empreendimento	Investimento
OGU	Estado	Rio de Janeiro	Complexo de Mangueiras	R\$274.705.314,53
FIN	Município	Duque de Caxias	Favela do Lixão	R\$148.000.000,00
OGU	Município	Nova Iguaçu	Bairros de Rodilvânia, Parque Imperial, Cabuçu e outros	R\$110.454.428,90
OGU	Município	Rio de Janeiro	Complexo de Mangueiras - Setor A	R\$93.300.000,00
OGU	Estado	Nova Iguaçu	UH para relocação famílias dos rios Iguaçu e Sarapuí	R\$75.000.000,00
OGU	Município	Rio de Janeiro	Saneamento integrado e urbanização - Complexo da Tijuca	R\$66.700.007,00
OGU	Município	Volta Redonda	Favelas Belmonte, Três Poços, Stº Agostinho e outros	R\$34.075.821,99
OGU	Município	Nova Iguaçu	Laranjeiras e Jardim Cabuçu	R\$29.233.481,00
OGU	Município	São Gonçalo	Favela Jardim Catarina	R\$26.967.925,39
OGU	Município	São Gonçalo	Fazenda dos Mineiros e Salgueiro	R\$26.314.277,72
FIN	Agulhas Negras	Resende	SES eSAA nos Jardim Alegria e Esperança	R\$18.640.000,00
FIN	Águas de Niterói	Niterói	Ampliação do SES e rec. matas ciliares	R\$12.500.000,00
FIN	Agulhas Negras	Resende	SES Zumbi	R\$12.175.000,00
FIN	Águas de Niterói	Niterói	Ampliação do SES e rec. matas ciliares	R\$10.000.000,00
FIN	Agulhas Negras	Resende	Implantação e reforma ETE Monet	R\$9.470.000,00
FIN	Agulhas Negras	Resende	Ampliação das ETA's Barra, Alegria e Toyota	R\$2.000.000,00
FIN	Município	Barra do Pirai	Implantação de Saneamento Integrado em Barra do Pirai	R\$550.000,00
FIN	Município	Barra do Pirai	Implantação de Saneamento Integrado em Barra do Pirai	R\$508.000,00
FIN	Município	Barra do Pirai	Implantação de Saneamento Integrado em Barra do Pirai	R\$320.000,00
Total				R\$950.914.256,53

superação dos obstáculos, modelo atualmente estendido para todos os estados.

Como vocês avaliam o andamento das obras do PAC no Rio de Janeiro?

Face ao exposto no item anterior e a situações como a de São Gonçalo, onde os três empreendimentos estão paralisados por pendências identificadas pela CGU, o andamento das obras pode ser considerado de regular a satisfatório.

Em quanto está orçada a elevação da Via Férrea, em Mangueiras?

No quadro de investimento aprovado inicialmente, este item estava orçado em R\$ 121,9 milhões, sendo R\$ 74,9 milhões da União e R\$ 46,9 de contrapartida. No entanto, na reunião de acompanhamento mensal realizada em abril, o Estado informou que o orçamento para a elevação da linha férrea foi revisto e que a nova totalização é de R\$ 167,02 milhões. O incremento de custos estaria relacionado a acréscimo de serviços, em particular a revisão da sinalização do elevado da linha férrea. Esta revisão ainda não foi submetida à análise do MCIDADES [Ministério das Cidades] e da CAIXA.

4 metros d'água. As pessoas jogam muitas coisas grandes nas valas, madeira, colchão, aí entope. Acabar com as valas negras do morro, seria prioridade, na minha opinião. E esgotamento sanitário é muito importante, porque acaba atingindo a área da saúde também, que é fundamental. Se você for à Rua Joaquim de Queiroz, tem um amontoado de barraco e comércio fechando a rua. Eu acho que eles tem que fazer tudo e deixar o comércio ali, que é o que dá vida ao lugar.

O teleférico é uma obra útil, que vai dar uma visibilidade grande, mas eu acho que, se pegasse o entorno do Complexo do Alemão, fizesse um grande terminal rodoviário, asfaltasse todas aquelas ruas, arrematasse todas aquelas calçadas, alargasse as ruas da comunidade,... Com isso tudo, não haveria necessidade de um teleférico. Acho que o teleférico daria uma grande visibilidade e gastaria mais dinheiro para fazer. Se eles derem um acabamento bonito na comunidade, parabéns ao teleférico, mas eu acho que o dinheiro não vai dar para fazer tanta coisa.

É para a comunidade de Manguinhos? A elevação da Via Férrea ou acabar com as enchentes na comunidade?

Rogério: Na verdade, são as duas. A elevação da Via Férrea, na verdade, a finalidade dela é unificar a comunidade. Nós somos o Complexo de Manguinhos, mas tem a Linha Férrea que nos divide e dificulta todo o acesso. A Fundação Oswaldo Cruz, que é nossa vizinha, tem um posto de saúde que nos atende, mas as pessoas de idade tem uma dificuldade enorme para serem atendidas lá, pela dificuldade de acesso. Então, é importante a unificação da comunidade. E vai ter uma grande área de lazer, abaixo dessa Linha Férrea.

Em relação às enchentes, infelizmente, é do Brasil inteiro. Mas acredito eu que, se não resolver 100%, muita coisa vai melhorar.

Os moradores acompanharam o projeto de esgotamento sanitário em Manguinhos?

Rogério: Sim. O PAC está acontecendo de duas formas, o PAC pelo Estado e o PAC pela prefeitura. Essa função do esgotamento é pela Prefeitura, que já começou as obras bem antes do Estado. Essa obra está bem avançada, em alguns lugares já há 70% de conclusão, está bem adiantado. Acredito que esteja ficando maravilhoso, com o esgotamento bem feito, 100% não existe, mas já está bem melhor do que o que estava lá.

O que está sendo feito vai ser realmente útil para a sua comunidade?

Jorginho: Sim. O esgotamento sanitário, o progresso em relação às escolas técnicas e postos de saúde – se tiver gente para trabalhar, o material humano. O Hospital

Um PAC de Cidadania

De encontro às obras do Programa de Aceleração do Crescimento, grupo de pesquisa do IBASE discute a importância do projeto na vida dos moradores das comunidades e da cidade

O coordenador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) Itamar Silva é responsável pela linha de pesquisa Direito à Cidade e trabalha no grupo de organização comunitária ECO, no Morro Santa Marta. Desde novembro do ano passado, ele participa do Pacto pela Cidadania, projeto que propõe uma discussão da cidade a partir das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Em entrevista ao JE, ele avalia o andamento do trabalho e a influência na cidade como um todo.

Qual o objetivo do Instituto na pesquisa?

• Ampliar o debate em torno do direito à cidade e favela é cidade. Nesse sentido, as obras são uma oportunidade de discutir e enfrentar essa questão. Desde que o PAC foi anunciado, o Ibase pensou em como estimular o debate em torno da favela e de que cidade queremos. Uma cidade democrática significa enfrentar esses problemas que vêm sendo acumulados durante muitos anos. Assim, o PAC é, principalmente, um investimento na cidade. Ele está focado na favela, mas a contribuição é para toda a cidade.

Qual a expectativa dos moradores em relação ao PAC?

• Positiva e negativa. Há desconfiança se isso vai ser para valer, se vai até o final, se vai contemplar todo mundo. Isso revela um pouco a relação histórica da população com os governos e com as políticas públicas de não acreditar que aquilo que vai começar é para valer ou vai chegar ao final. O PAC sofre um pouco essa avaliação. Aqueles que estão mais próximos, sendo beneficiados diretamente, têm uma motivação maior. Os que estão mais afastados ou não vão receber benefícios neste momento olham com suspeita para esse trabalho.

Como você avalia a inserção da comunidade nas obras do PAC?

• Em Manguinhos, eu acho a participação muito pequena, os espaços de participação ainda não estão consolidados. A proposta do poder público de ter seus comitês, núcleos ainda não se transformou em referência prática para a comunidade. Tanto é que os moradores reivindicam mais participação. Neste momento, ainda está aquém da necessidade e da demanda local. Acho que o envolvimento dos moradores ainda está longe do ideal. Da participação efetiva, de opinar, de divergir ainda está em processo. No trabalho que desenvolvemos, nós percebemos a grande demanda por participação e informação. Alguns dos moradores não se sentem informados o bastante para tomarem decisões e opinarem.

De que forma os investimentos previstos pelo PAC podem resultar em uma política pública em benefício da comunidade?

• No Pavão-Pavãozinho, o PAC deu origem ao Museu de Favelas (MUF), transformando todo o território da favela em um museu a céu aberto. É uma forma de dizer “Venham para compartilhar um jeito de ver e se organizar diferente da cidade”, de apresentar o potencial dessa localidade, as manifestações culturais, aquelas que produzem roupas, interagir com o contorno da favela, com a cidade e de pensar o turismo de forma diferente. Acho que esse é um resultado direto, uma consequência por iniciativa da sociedade civil.



Itamar Silva, coordenador do IBASE

Qual a principal contribuição que o projeto pode dar neste momento?

• Tirar a favela do lugar de ghetto e trazê-la para o centro da discussão de que cidade queremos e podemos construir. A polêmica em torno do PAC é uma oportunidade de envolvermos todos os atores da cidade no debate. Não tem que ser um privilégio ou uma responsabilidade dos favelados discutirem

isso. O projeto como uma política do governo ou política pública tem que ser discutido por todos. Acho que é uma contribuição efetiva no direito à cidade. As obras do PAC são ferramenta e oportunidade. Ferramenta, pois permite provocar a discussão e oportunidade de dizer que os pobres não são os geradores de problemas na cidade. Muito pelo contrário, a favela é em sua origem, a solução encontrada pelos trabalhadores pela ausência de política pública de moradia, de habitação popular e de transporte. Ela foi estigmatizada e ao olhar de algumas pessoas passou a ser um problema. Precisamos encontrar uma maneira harmônica de viver, e não discriminatória. Apesar dos números altos, a experiência do PAC ainda é muito localizada. É tentar mais investimentos dessa natureza e proporção na cidade. E que se discuta mais, que o debate e as formas de implementação dessas políticas sejam mais transparentes. Desta forma, criaremos um novo olhar para a favela, e uma nova forma dela olhar para seu lugar na cidade, ampliando o espaço de diálogo e criando outros.

de Acari está com problemas, pois não tem material humano. Não adianta eles montarem tudo e não ter gente para trabalhar, ficar aquele elefante branco lá. O importante é funcionar.

Rogério: A associação de moradores que eu represento em Manguinhos foi fundada em 5 de janeiro de 1957. Nunca teve uma obra de peso. A comunidade é cercada pelo Rio Faria Timbó e o Rio Jacaré, e nunca

teve uma obra de saneamento básico lá. Supondo que a obras não sejam mil maravilhas, assim mesmo já estaria bom. Mas as obras estão sendo bem feitas e vai ser muito bom para a comunidade. Vai ser super útil.

Como você avalia o andamento das obras do PAC na sua comunidade?

Jorginho: Está bem. No Alemão, estão

trabalhando dia e noite. Acho que precisa trabalhar mais, mas o andamento está acelerado.

Rogério: Não tenho nada a reclamar em relação à obra, porque, na verdade, a gente que está lá, no dia-a-dia, fica na ansiedade, mas as pessoas que estão do lado de fora, quando forem ver, a obra já estará pronta. Sempre que posso eu até ajudo os operários. ■

Flexibilidade contratual

Precariedade dos vínculos empregatícios no Mercado de Trabalho Formal do Rio de Janeiro

Nas sociedades em que a produção e a distribuição dos bens e serviços se organizam sob a forma capitalista, como no caso do Brasil, uma grande parcela da população, desprovida de meios capazes de garantir sua sobrevivência, é forçada a ir ao mercado de trabalho na esperança de encontrar alguém interessado em contratar sua capacidade de trabalho, transformada em mercadoria. A única mercadoria de que dispõe para vender.

Em tais sociedades, as flutuações dos níveis de produção e, por conseguinte, do nível de emprego da capacidade de trabalho da população, geram pressões políticas e sociais, uma vez que não há alternativas em larga escala para o sustento dos trabalhadores não empregados e de suas famílias. Em função disto, a falta de emprego pode gerar, no limite, o risco de submeter parte da população até à fome.

O desenvolvimento de instrumentos institucionais visando reduzir os impactos negativos das flutuações e da insegurança a elas relacionada, foi uma das respostas coletivas forjadas historicamente. Seu objetivo geral é atenuar os efeitos nocivos do funcionamento do capitalismo sobre o mercado de trabalho. Dentre tais instrumentos, vale destacar o seguro-desemprego e a proteção contra a demissão imotivada¹, devido à especial importância que assumem em situações de desemprego elevado, como a que se observa em diversos países em decorrência da crise financeira internacional.

No Brasil, apesar do repique observado nas taxas de desemprego, no período recente, provavelmente associado ao quadro internacional adverso, não se pode afirmar que o alto número de desligamentos

verificado tenha origem na crise. Na verdade, o apelo à demissão constitui-se em uma prática empresarial comum em nosso país, já há muito tempo. Apesar de todo o discurso sobre a rigidez de nosso mercado de trabalho, o fato é que as empresas têm enorme facilidade para admitir e demitir.

Tomando como referência os dados relativos ao mercado de trabalho formal do estado do Rio de Janeiro divulgados pelo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho), para o período de 2000 a 2008, pode-se constatar que, em média,

MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2000 A 2008

Ano	Admissões	Desligamentos	Saldo
2000	966.615	905.395	61.220
2001	1.009.454	950.034	59.420
2002	890.500	817.854	72.646
2003	863.172	804.625	58.547
2004	930.436	822.606	107.830
2005	1.017.193	896.082	121.111
2006	1.047.227	931.069	116.158
2007	1.168.783	1.023.997	144.786
2008	1.361.327	1.206.731	154.596

Fonte: MTE. Caged Elaboração: DIEESE

de cada 10 novas contratações, 9 corresponderam à mera reposição de trabalhadores desligados, ou seja, apenas um novo posto de trabalho foi criado.

Outra evidência de que esta é uma prática comum no estado do Rio de Janeiro, como em todo o Brasil, é expressa no tempo de casa das pessoas desligadas anualmente. Cerca de 52,4% dos vínculos rescindidos, ao longo deste período, são relativos a pessoas com menos de 1 ano de casa; e 70% a pessoas com menos de 3 anos.

Os dados do CAGED mostram que há uma lógica de gestão orientada para contratar e desligar em grande quantidade.

Os custos destas políticas, dado que são costumeiras, estão embutidos nos preços dos produtos vendidos. Não há interesse das empresas em buscar aumentar a produtividade do trabalho, através da qualificação e estímulo aos profissionais, o que necessariamente requer contratos de longa duração. Em decorrência disso, o Estado vê as despesas relacionadas ao seguro-desemprego e ao FGTS aumentadas pela elevada rotatividade que decorre desta prática. Assim, paga a sociedade.

Para os trabalhadores, embora em alguns casos, as verbas rescisórias possam trazer algum alívio imediato, tal prática torna-se desastrosa, a longo prazo. O resultado mais evidente do apelo a tais recursos leva ao predomínio de baixos salários, postos de trabalho com baixa qualificação, falta de perspectiva profissional, falta de identidade entre os trabalhadores nas empresas, insegurança de renda, impedimento para assumir compromissos de longo prazo, como a compra da casa própria, dentre vários outros aspectos negativos.

A alta taxa de rotatividade observada no mercado de trabalho brasileiro apresenta-se como um dos graves problemas a serem enfrentados, mas que tem despertado pouco interesse, talvez por ser considerado como uma característica natural das relações de emprego. Mas não é. Na verdade, deve ser vista como um produto da combinação de decisões empresariais, regras e instituições inadequadas e a falta de alternativa gerada pelas condições precárias impostas à grande parcela do povo brasileiro.

1) Conforme a Convenção 158 da OIT, da qual o Brasil não é signatário. Embora tenha sido ratificada em 5 de janeiro de 1995, foi denunciada, em 20 de novembro de 1996, sob o governo Fernando Henrique Cardoso, tornando-se sem efeito desde então.

Paralisação no Setor Elétrico

Depois de muitas assembleias, a negociação do ACT Nacional das empresas do Grupo Eletrobras não avançou e os trabalhadores consideram que a contra-proposta apresentada pelo Grupo está muito inferior às expectativas. No dia 8 de junho, as empresas fizeram paralisação de 24h e, nos dias 18 e 19 de junho, as negociações voltam a acontecer, em Brasília. Caso não haja avanços, pode voltar a ter paralisação, conforme o calendário de mobilização abaixo.

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO

- Até 05/06 - Assembleias
- 08/06 - Paralisação de 24 horas
- 09/06 - Audiência pública em Brasília, sobre a Nova Eletrobrás
- 10/06 - Ações institucionais
- 18 e 19/06 - Negociação da Pauta nacional
- 22 e 23/06 - Paralisação de 48 horas
- 24 a 26/06 - Negociação da pauta específica
- 27/06 - Encontro nacional dos operadores - ENOP
- 06 a 08/07 - 72 horas de paralisação

Brasil perde Augusto Boal



O diretor e autor teatral Augusto Boal, fundador do Teatro do Oprimido e um dos dramaturgos brasileiros mais respeitados no mundo, também foi engenheiro químico. Ele morreu, dia 2 de maio, aos 78 anos. Boal tinha leucemia e estava internado no Hospital Samaritano, com infecção respiratória. Ele teve o corpo cremado, no Cemitério do Caju.

O carioca Augusto Boal foi um dos principais nomes do Teatro de Arena de São Paulo e sua visão progressista o levou à prisão, à tortura e ao exílio, no final da década de 60.

1ª rodada do ACT da EPE

Os sindicatos que subscrevem o ACT da EPE estiveram reunidos com os representantes da empresa na 1ª rodada de negociação, dia 22 de maio. A empresa comunicou que tem reunião agendada com o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento para fazer o encaminhamento da pauta e das discussões. Assim que sair a contra-proposta, ela será levada à mesa de negociação na 2ª rodada.

Audiência Pública sobre as demissões nas empresas do Estado

A reunião será realizada no dia 23 de junho, às 10h, na sala 311, no Palácio Tiradentes. Compareça!

ART GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

TROCA DE PAPÉIS

Acusado de integrar milícia na vida real participa de seriado na TV Globo, como PM que prende paramilitares

O seriado “Força Tarefa”, no dia 7 de maio, trouxe o tema milícia. A série foi gravada em Rio das Pedras, Jacarepaguá, e teve como ator coadjuvante o presidente da Associação de Moradores da comunidade, Jorge Alberto Moreth, conhecido como Beto Bomba, dono de uma extensa ficha criminal. Ele responde por homicídio, formação de quadrilha, estelionato, é um dos denunciados no relatório final da CPI das Milícias, da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) e investigado pelo Ministério Público. Numa enorme contradição, Beto Bomba recebeu toda a equipe da TV Globo e trocou de papel: atuou no seriado como policial da Corregedoria da PM, encarregado de prender, justamente, milicianos. O deputado estadual Marcelo Freixo, presidente da CPI das Milícias, demonstrou sua indignação, em discurso no Plenário da Alerj, no dia 12. Leia o discurso, na íntegra.

“Já que estou aqui citando a importância da luta pedagógica na política, acho que o Sistema Globo de Televisão, a Rede Globo, lamentavelmente prestou um desserviço ao Rio de Janeiro na semana que passou. Falo isso com pesar, não tem aqui uma carga ideológica. Esse debate é necessário e importante, mas quero ser pontual na minha crítica.

Na semana passada, houve um seriado na Rede Globo chamado Força Tarefa. Desde o filme Tropa de Elite, criou-se uma cultura – não estou aqui para questionar –, visivelmente se construiu um público para esse tipo de espetáculo. Está também no teatro, agora há uma peça do Luiz Eduardo com o Domingos Oliveira. Há diversas obras de arte, de livros a peças de teatro e cinema, cujo enredo passa pela ação policial, pelos conflitos urbanos. Pois bem, um desses seriados é o Força Tarefa da Rede Globo, que foi ao ar na última quinta-feira (07/05).

Nesse episódio, o tema era milícias. Eu, por acaso, estava em casa e, quando vi que era sobre milícias, parei para assistir ao seriado. De alguma maneira, a Rede Globo tenta se redimir da última novela, onde um miliciano exerceu o papel de herói, papel do Antônio Fagundes. Nesse momento, nesse seriado, a milícia era caracterizada como algo negativo, extorquindo a sociedade, extorquindo os moradores. Menos mal. No final das contas, o recado é que a milícia é enfrentada e depois o tráfico volta.

Aconselho aos diretores de televisão da Rede Globo que leiam o relatório da CPI das Milícias, porque em 65% das áreas onde hoje há milícia no Rio de Janeiro, antes não havia tráfico. Assim, não é verdade a lógica “ou milícia, ou tráfico”. Na verdade, a lógica que precisamos implementar na sociedade é milícia/tráfico de um lado, Estado do outro. Temos que defender o poder

público sobre todo o território, com sua soberania sobre todo o território, e não jogar a sociedade na falsa polêmica de milícia ou tráfico, como se os moradores tivessem que escolher sob qual tirania vão submeter suas vidas. Qualquer morador do Rio de Janeiro tem que submeter sua vida à lógica do Estado democrático, e é isso que temos que exigir para todo o território e o conjunto de pessoas. Todas têm o mesmo valor, ou pelo menos deveriam ter.

De alguma maneira, o seriado era crítico à milícia, mas colocava a fragilidade de “ou milícia, ou tráfico”. Até aí tudo bem. Mas qual é o desserviço? O desserviço é o que veio depois. Esse seriado foi gravado numa comunidade no Rio de Janeiro chamada Rio das Pedras, que é uma das milícias mais antigas do Rio de Janeiro. É uma área de milícia. O relatório da CPI concluiu isso. As investigações da Polícia Civil indicam isso. As investigações da Polícia Militar, a Secretaria de Segurança Pública. Todo cidadão do Rio de Janeiro sabe que em Rio das Pedras funciona uma milícia, a mais antiga do Rio de Janeiro, clássica milícia. Diversos dos seus líderes foram indiciados pela CPI, diversos foram investigados pelo Ministério Público, diversos estão respondendo a processos na Justiça. A Rede Globo, mesmo assim, desconsiderando isso, abrindo mão de qualquer necessidade ou cuidado de pesquisa, resolve fazer a gravação dentro de Rio das Pedras. Para isso, evidentemente, negocia com a Associação de Moradores de Rio das Pedras.

Mas o mais grave está por vir: o presidente da Associação de Moradores de Rio das Pedras, que é uma pessoa indiciada pela CPI, investigada pelo Ministério Público como miliciano, recebeu toda a equipe da Globo e trabalhou no seriado como policial da Corregedoria. É inacreditável! Ele era policial da Corregedoria e, diga-se de passagem, foi filmado com muito cuidado – sistematicamente aparecia, não era um simples figurante. É o policial da Corregedoria que atua no enfrentamento às milícias.

É evidente que não estou cobrando de qualquer emissora, de qualquer veículo de comunicação, o papel de ação policial ou de investigação. Não é isso, não se trata disso. Mas não se pode tratar assim de um assunto como esse, de um assunto como as milícias, que representam hoje a maior

ameaça à segurança pública do Rio de Janeiro, a maior ameaça ao Estado democrático do Rio de Janeiro. As milícias representam hoje a maior ameaça, o que há de mais grave, e o governo já admite isso – age pouco, mas admite isso. Falamos disso há muito mais tempo e ainda esperamos uma ação mais concreta do governo sobre as milícias – não tem. Aliás, esperamos uma ação do Estado e não só do governo – do Judiciário e do Ministério Público também.

Nesse sentido, quando se quer fazer um documentário, quando se quer tratar desse assunto, o mínimo de cuidado deveria haver. Não se pode dizer que é descuido pegar alguém que está indiciado por ser miliciano e colocá-la para trabalhar como policial corregedor enfrentando as milícias. Isso beira o deboche, beira uma ironia inaceitável! Não é em nome da arte que se pode justificar isso, não há licença poética para tamanha atrocidade, não há.

Eu não poderia deixar de me pronunciar depois do trabalho que esta Assembleia fez, depois do relatório da CPI, depois da coragem que esse Parlamento teve de indiciar 225 pessoas, entre elas o novo ator. É uma afronta ao trabalho desta Casa, é uma afronta ao trabalho dos bons policiais, é uma afronta ao trabalho do Ministério Público e de todos aqueles que querem um Rio de Janeiro diferente. Não é um detalhe pegar alguém que está sendo investigado por ação de milícia e colocar para trabalhar como policial corregedor que enfrenta as milícias.

Fica aqui o meu repúdio a esse desserviço promovido pela Rede Globo, a essa ação antipedagógica, lamentável, injustificável. Espero que se pronunciem publicamente, que peçam desculpas a todos aqueles que estão enfrentando, sobre os efeitos que têm. Todo mundo sabe hoje o que significa enfrentar as milícias no Rio de Janeiro, o risco que todo mundo que as enfrenta está correndo para isso virar um seriado em que aquele que estamos enfrentando vira ator e faz papel de corregedor.

Sinceramente, Sr. Presidente, eu não estou aqui para isso e acho que, por mais poderosa que seja, a Rede Globo não tem esse direito. Faltou respeito a todos aqueles que enfrentam as milícias, inclusive os jornalistas do próprio jornal O Globo, alguns ameaçados – há jornalistas da Rede Globo e do jornal O Globo que tiveram que ficar fora do Rio de Janeiro porque foram ameaçados por milícia. Nem respeito aos seus profissionais, da própria casa, tiveram. Isso é inaceitável! Fica aqui o meu protesto e espero que estejam mais atentos nas próximas produções”.

O deputado Marcelo Freixo, presidente da CPI das Milícias

